

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3105 | Solicitado em: 11/11/2020 -17:30

Cargo: Professor de Pedagogia**Recurso:**

Venho por meio desse recurso requerer verificação em uma palavra na alternativa IV da questão 30 que não esta de acordo com a escrita original no artigo 27 da Lei 9.394/1996 (QUESTÃO: Promoção do desporto NACIONAL e apoio às práticas desportivas não formais. ARTIGO: Promoção do desporto EDUCACIONAL e apoio às práticas desportivas não-formais), tornando assim uma alternativa possivelmente errada, pois no gabarito marca-se 0 afirmativa errada.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 30 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:27

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3087 | Solicitado em: 10/11/2020 -15:29

Cargo: Engenheiro Ambiental**Recurso:**

Ilustríssima banca examinadora, a questão objeto deste recurso deve ser anulada pois não apresenta alternativa incorreta, como será demonstrado a seguir.

A assertiva dada como incorreta colide com o entendimento do livro "Tratamento de Esgotos Domésticos em Comunidades Isoladas (2018)". A privada com fossa seca, a privada com fossa estanque e a fossa negra fazem parte da extensa gama de soluções para o tratamento de esgoto.

A fossa estanque é uma variação da fossa seca impermeabilizada (MAGALHÃES, Taína Martins et al, 2018). De acordo com o livro citado anteriormente, a fossa seca é uma boa alternativa de tratamento simplificado para locais com escassez hídrica ou sem atendimento da rede pública de abastecimento de água Logo, a alternativa A e B estão corretas.

As fossas negras ou absorventes (FUNASA, 2015) podem ser definidas como um poço ou buraco escavado no solo, sem impermeabilização ou com impermeabilização parcial, onde é feita a disposição do esgoto bruto (FUNASA, 2015). Ao receber diretamente o esgoto gerado nas residências, as fossas negras desempenham as funções de tanque séptico e sumidouro (FUNASA, 2015). Sendo assim, a alternativa C também está correta.

A privada química, por sua vez, é largamente utilizada em eventos festivos, esportivos, dentre outros, os banheiros químicos surgem como uma solução simples para realização das necessidades fisiológicas humanas, em locais onde não haja ligação à rede coletora de esgotos (PERDEW, 2015). Sendo assim, a alternativa D encontra-se correta.

Logo, peço a anulação da questão, pois não há alternativa incorreta na questão 31

Referências

FUNASA. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Saneamento. 4. ed. Brasília, 2015.

PERDEW, L.; How the toilet changed history. United States of America, North Mankato, Minnesota. Abdo Publishing, 2015

GUIMARÃES, Taína. et al. Tratamento de Esgotos Domésticos em Comunidades Isoladas: referencial para escolha de soluções. São Paulo: 2018

Anexo(s):	Data do envio
Livro Tratamento de Esgotos Domésticos em Comunidades Isoladas.pdf	10/11/2020 18:55

ESPECÍFICA - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:03

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. A utilização da **fossa seca** reduz a contaminação do solo, rios e lagos pelo esgoto. O tamanho da **fossa** depende da quantidade de pessoas que moram na casa, ela é dimensionada baseada no consumo de água por dia e por pessoa.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3089 | Solicitado em: 10/11/2020 -18:12

Recurso:

Ilustríssima banca examinadora, peço anulação da questão 33, por não possuir afirmativa correta. As alternativas I, II e III estão corretas e a alternativa IV está incorreta, conforme justificativa:

De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e de acordo com o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Campo Belo a água pode provocar alterações na saúde, caso não possua certos minerais na dose necessária. O bócio ou "papo" se adquire quando a água utilizada não tem IODO (alternativa IV - incorreta: no lugar de IODO, a banca colocou MERCÚRIO).

O índice de cáries dentárias pode ser reduzido com a adição do flúor na água na dosagem correta (alternativa II - correta).

Além disso, se a água utilizada contiver algum produto tóxico, como, por exemplo, o arsênico, pode ocorrer intoxicação (alternativa III - correta).

Para evitar os males que podem ser veiculados pela água destinada ao consumo, é necessário que ela seja sempre tratada adequadamente (alternativa I - correta)

As mesmas afirmativas podem ser encontradas em sites de Sistemas Autônomos de Água e Esgoto (SAAE), como é o caso do SAAE de Paraisópolis.

Diante do exposto, solicito a anulação da questão 33

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Acervo Educacional sobre a Água. Brasília: ANA, 2020. Disponível em:

Departamento Municipal de Água e Esgoto. ORIGEM DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO EM NOSSO MUNICÍPIO. Minas Gerais, 2020. Disponível em:

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis. Doenças. Minas Gerais, 2020. Disponível em:

Anexo(s):	Data do envio
Questao_33.pdf	10/11/2020 18:36

ESPECÍFICA - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -11:58

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por não haver alternativa a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3130 | Solicitado em: 13/11/2020 -09:12

Recurso:

Ilustríssima banca examinadora, solicito a anulação da questão 6, pois não há alternativa correta para a respectiva questão. Vejamos:

O gabarito consta como correta a alternativa D (adjunto adnominal). De acordo com a Gramática de Língua Portuguesa de Pasquale & Ulisses (2009), "adjunto adnominal é termo que caracteriza um substantivo SEM A INTERMEDIÇÃO DE UM VERBO".

No trecho "que fez seus sistemas imunológicos reagissem temporariamente como se estivessem doentes" há dois verbos: fez e reagissem. Um exemplo de adjunto adnominal no trecho é o pronome "seus", o qual ESTÁ JUNTO AO SUBSTANTIVO SISTEMAS, mas nem por isso o trecho inteiro pode ser classificado como adjunto adnominal.

Seguindo a mesma lógica, o trecho não exerce função sintática de adjunto adverbial, pois o adjunto adverbial é um termo não argumental, ou seja, "FORA DO ÂMBITO DA REGÊNCIA DO VERBO NA ORAÇÃO, isto é, não pedido por ele", o que comprova o caráter acessório desse termo, conforme o gramático Bechara (2009). Um exemplo de adjunto adverbial no trecho é a palavra "temporariamente", a qual modifica o verbo "reagir". No entanto, o trecho por inteiro não exerce esse papel.

Percebe-se também que o trecho não se comporta como sujeito, pois o sujeito do trecho está oculto (uma substância chamada lipopolissacarídeo), o qual é retomado pela palavra "que" no início do trecho.

E para finalizar, o trecho não se comporta como objeto direto, pois "objeto direto se liga ao verbo sem preposição" (Cipro Neto e Infante, 2009). Nota-se que o trecho "que fez seus sistemas imunológicos reagissem temporariamente como se estivessem doentes" não está ligado a nenhum verbo anterior a ele, logo, não é classificado como objeto direto.

Diante de todos os argumentos citados acima, peço a anulação da questão.

Referências

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2009. 584 f.

PORTUGUÊS - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 6 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:23

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao recorrente, uma vez que, de acordo com Rodrigo Bezerra (Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos), as orações subordinadas adjetivas exercem função sintática de adjunto adnominal. Dessa forma, gabarito correto e mantido. Gabarito: D) Adjunto adnominal.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3134 | Solicitado em: 13/11/2020 -10:39

Recurso:

Segue Impugnação em PDF.

Anexo(s):	Data do envio
Recurso - Questão 26 - Especificas.pdf	13/11/2020 10:39

ESPECÍFICA - PROCURADOR MUNICIPAL	Questão 26 (Prova 1)
-----------------------------------	----------------------

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -09:08

Resposta:

DEFERIDO – ANULAÇÃO DE QUESTÃO. Assiste razão ao recorrente, as alternativas A e D são idênticas e estão corretas. Por esse motivo, defere-se o recurso para anulação da questão.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3132 | Solicitado em: 13/11/2020 -10:37

Recurso:

Segue Impugnação em PDF.

Anexo(s):	Data do envio
Recurso - Questão 18 - Conhecimentos Gerais.pdf	13/11/2020 10:37
CONHECIMENTOS GERAIS - PROCURADOR MUNICIPAL	Questão 18 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -09:59

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. Entre os principais conceitos da Geografia Urbana existem dois que precisam ser compreendidos corretamente por serem, muitas vezes, utilizados como sinônimos: cidade e meio urbano. **Meio urbano ou espaço urbano** é definido como a área formada por um grupo populacional com habitações justapostas, como áreas residenciais (casas e edifícios) e industriais, com atividades e práticas econômicas, sociais e culturais. **Cidade** pode ser conceituada com uma área urbanizada onde reside um grupo de pessoas com espaços destinados às mais diversas atividades, sejam industriais, culturais, moradia ou financeiras. Outros conceitos importantes da Geografia Urbana são: **Metrópole**: é a capital ou cidade grande de um país com alto desenvolvimento urbano e que impactam outras cidades econômica, cultural ou socialmente. **Metrópole regionais**: são as cidades consideradas referências econômicas em nível local, sendo as importantes de uma região. **Metrópoles nacionais**: são as grandes cidades de um país com importância de níveis social e político. Portanto as afirmativas I e II está errada e III correta, sendo a alternativa a ser indicada pelo candidato como correta é a letra [A] A I, e II são falsas e III é correta. Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/geografia-urbana>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3133 | Solicitado em: 13/11/2020 -10:38

Recurso:

Segue Impugnação em PDF.

Anexo(s):	Data do envio
Recurso - Questão 22 - Conhecimentos Gerais.pdf	13/11/2020 10:38
CONHECIMENTOS GERAIS - PROCURADOR MUNICIPAL	Questão 22 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -11:02

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. Nova República – O marco dessa fase da História do Brasil é a posse de José Sarney, que assumiu a presidência após a morte do presidente eleito Tancredo Neves, do qual era vice na chapa. Quatro anos mais tarde, a população brasileira foi às ruas pedir eleições diretas. O movimento conhecido como Diretas Já culminou com a eleição de Fernando Collor. Após dois anos, Collor sofreu um *impeachment* e então vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência do país. Na alternativa da questão conta: "**[D] Após dois anos, Collor sofreu um impeachment e então vice-presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência do país. Portanto não foi Fernando Henrique quem assumiu a Presidência e sim Itamar Franco**". Portanto a alternativa errada, não sendo correto afirmar.

Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/historia-do-brasil>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3060 | Solicitado em: 09/11/2020 -11:37

Recurso:

O gabarito afirma que nessa questão tem somente duas afirmativas corretas, mas de acordo com a "Pedagogia tradicional" a memorização de conteúdos e o professor com centro do saber, se caracterizam como "Pedagogia tradicional". Além disso, a metodologia também se encarrega de repassar os valores morais e sociais que vivemos na sociedade

Pedagogia tradicional

Elaborada no século XIX, é uma tendência liberal que considera o professor como o AGENTE PRINCIPAL da transmissão do conhecimento. Basicamente, no modelo que mais vemos em que eles falam enquanto os estudantes recebem os conteúdos com uma participação ou outra quanto tem dúvidas.

O método também é marcado por um ensino baseado em conhecimentos determinados pela sociedade e organizados pela legislação, desconsiderando a experiência e a realidade do aluno. Nesse contexto, a MEMORIZAÇÃO e as avaliações formam o processo educativo, funcionando como meios para medir o nível e a qualidade do saber aprendido na escola.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 37 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:33

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3072 | Solicitado em: 09/11/2020 -16:01

Recurso:

A questão de número 40, não tem coerência com o cargo de professor de pedagogia, vale lembrar que o professor de pedagogia, irá lecionar na educação infantil e ensino fundamental e não no ensino médio. Dificultando assim a compreensão e entendimento do assunto da questão.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:28

Resposta:

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LBD –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3074 | Solicitado em: 09/11/2020 -16:33

Recurso:

Venho por meio deste recurso solicitar averiguação em uma (palavra) na alternativa IV da questão 30 que não está de acordo com a escrita original no Artigo 27 da Lei 9.394/1996. Sendo assim tornando a questão com uma alternativa possivelmente errada, pois no gabarito da referida banca marca-se a opção [A] 0. retratando que das afirmativas estão erradas.

(Questão 30) IV - promoção do desporto (nacional) e apoio às práticas desportivas não formais.

(Do Artigo) IV - promoção do desporto (educacional) e apoio às práticas desportivas não-formais.

O referido artigo encontra-se no site a seguir: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-27>

Anexo(s):	Data do envio
Art.docx	09/11/2020 16:34

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 30 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:16

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)

Código do recurso: 3091 | Solicitado em: 10/11/2020 -22:24

Recurso:

Venho por meio deste recurso solicitar averiguação da questão 32 que não está de acordo com o edital que continha o conteúdo a ser estudado, assim tornando a questão possivelmente fora do proposto ao local de trabalho da vaga ofertada pelo concurso.

(Questão 32) "De acordo com a Base Nacional Comum curricular- BNCC, a educação física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas"

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 32 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -14:36

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)

Código do recurso: 3139 | Solicitado em: 13/11/2020 -21:11

Recurso:

VENHO POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A AVERIGUAÇÃO DA QUESTÃO 33, POR ESTAR DIFERINDO DO CONTEÚDO PROPOSTO NO EDITAL PARA ESTUDO, JÁ QUE A VAGA É PARA O GINÁSIO DE POLIESPORTIVO E NÃO PARA DAR AULA NA ESCOLA. VISTO QUE PARTES DESSA QUESTÃO E ALTERNATIVAS SE ENCONTRAM EM UM ARIQUIVO DO ARTIGO "Interdisciplinaridade e transversalidade: considerações sobre a epistemologia do trabalho escolar brasileiro" DE Alexandre Costa, ARTIGO ESSE QUE É DIRECIONADO TOTALMENTE A SALA DE AULA. O ARTIO SE ENCONTRA NO SITE: <https://www.semanticscholar.org/paper/Interdisciplinaridade-e-transversalidade%3A-sobre-a-Costa/d3c84d0873bec629037ca4c2461b3be9f4951c85?p2df>

Anexo(s):	Data do envio
artigo_para_recurso.pdf	13/11/2020 21:12

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -14:40

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT

Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)**Recurso:**

VENHO POR MEIO DESTE RECURSO SOLICITAR A AVERIGUAÇÃO DA QUESTÃO 37, POR TAMBÉM ESTAR DIFERINDO DO CONTEÚDO PROPOSTO NO EDITAL PARA ESTUDO, JÁ QUE A VAGA PORTANDO ESSE CONTEÚDO DESSA QUESTÃO NÃO ESTAVA DE ACORDO COM A VAGA OFERECIDA. VISTO QUE ENCONTREI NESSE ARTIGO "Diagnose ergonômica das condições da iluminação de aula: recomendações luminicas para o desenvolvimento de projetos em sala de aula a partir da ergonomia e do design universal" DE Fernanda Sales (UFBA, Brasil), Suzi Maria Mariño (UNEB/UFBA, Brasil) E Sydney Freitas (ESDI, Brasil). SOBRE A QUESTÃO EM PAUTA E O ASSUNTO É TOTALMENTE VOLTADO / https://www.researchgate.net/profile/Suzi_Marino/publication/287578884_Diagnose_ergonomica_das_condicoes_da_iluminacao_em_sala_de_aula_recomendacoes_luminicas_para_o_desenvolvimento_de_ergonomica-das-condicoes-da-iluminacao-em-sala-de-aula-recomendacoes-luminicas-para-o-desenvolvimento-de-projetos-em-sala-de-aula-a-partir-da-ergonomia-e-do-design-universal.pdf

Anexo(s):[Diagnose_ergonomica_das_condicoes_da_iluminacao_em.pdf](#)

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -14:38

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3101 | Solicitado em: 11/11/2020 -15:59

Recurso:

Questão 39 contém repetição de alternativas dentro da própria alternativa.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 39 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -13:34

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. Por haver erros na digitação da questão, anula-se.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3102 | Solicitado em: 11/11/2020 -16:01

Recurso:

A maneira como foi colocado as alternativas de resposta ficou muito confuso.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 30 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:27

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT Concurso Público - 001/2020	
RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO	
Cargo: Técnico em Enfermagem Código do recurso: 3062 Solicitado em: 09/11/2020 -13:27	
Recurso: Estão c e d	
Anexo(s): IMG_20201109_120557.jpg	Data do envio 09/11/2020 13:27
ESPECÍFICA - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Questão 29 (Prova 1)
SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE	
Resposta: Respondido em: 23/11/2020 -15:28	
RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".	

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Fiscal de Obras e Postura

Código do recurso: 3124 | Solicitado em: 12/11/2020 -16:58

Recurso:

As questões III e IV estão erradas, só quem pede licença para depositar entulhos e lixo na rua, são as empresas deste ramo. Portanto, apenas 2 alternativas estão corretas. Solicito a correção do gabarito ou a anulação da questão.

ESPECÍFICA - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -13:07

RECURSO PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato, gabarito alterado para a alternativa "B".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Fiscal de Obras e Postura

Código do recurso: 3126 | Solicitado em: 12/11/2020 -17:06

Recurso:

Conforme o Artigo 175 da lei 778/2015, onde diz que o horário de funcionamentos industriais é livre, salvo em casos em casos especiais. Portanto a resposta correta é a D. Solicito correção do gabarito

ESPECÍFICA - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

Respondido em: 23/11/2020 -13:02

RECURSO PROCEDENTE: Gabarito alterado para a alternativa "D", conforme previsto na Lei Municipal nº 778/2015 Art. 175, parágrafo único.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Fiscal de Obras e Postura

Código do recurso: 3125 | Solicitado em: 12/11/2020 -17:01

Recurso:

Não existem quatro afirmativas na questão, na resposta tem a opção de quatro respostas corretas, levando o candidato ao erro. Solicito a anulação da questão.

ESPECÍFICA - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Resposta:

Respondido em: 23/11/2020 -13:10

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato, pois a questão possui alternativa correta a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)

Código do recurso: 3142 | Solicitado em: 13/11/2020 -22:29

Recurso:

Observações: POR MEIO DESTA RECURSO, VENHO SOLICITAR A AVERIGUAÇÃO DA QUESTÃO Nº 33, POR ESTAR DIFERINDO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PROPOSTO NO EDITAL. SENDO QUE A VAGA É PARA O GINÁSIO POLIESPORTIVO (BACHARELADO), E NÃO PARA DAR AULA (LICENCIATURA). NOTA-SE QUE PARTES DESSA QUESTÃO E SUAS ALTERNATIVAS SÃO FACILMENTE ENCONTRADAS NO ARTIGO: Costa, A. "Interdisciplinaridade e transversalidade": considerações sobre a epistemologia do trabalho escolar brasileiro. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 9 (2), 2008. p. 40. ARTIGO NO QUAL É DIRECIONADO À PRÁTICAS ESCOLARES (SALA DE AULA), E O MESMO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1518438908000430

<https://www.bing.com/search?q=semantic+scholar+alexandre+costa+interdisciplinariedade+e+transversalidade&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=semantic+scholar+alexandre+costa+interdisciplinariedade+e+transversalidade&sc=0-74&sk=&cvid=78D44FFBF51A41829BC741E941AE055A>

Anexo(s):	Data do envio
Costa, A. "Interdisciplinaridade e transversalidade" considerações sobre a epistemologia do trabalho escolar brasileiro.pdf	13/11/2020 22:29

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -14:40

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)

Código do recurso: 3146 | Solicitado em: 13/11/2020 -22:56

Recurso:

POR MEIO DESTA RECURSO, VENHO SOLICITAR A AVERIGUAÇÃO DA QUESTÃO Nº 37, POR ESTAR DIFERINDO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PROPOSTO NO EDITAL. SENDO QUE A VAGA É PARA O GINÁSIO POLIESPORTIVO (BACHARELADO), E NÃO PARA DAR AULA (LICENCIADO), NO ENTANTO NOTA-SE QUE O CONTEÚDO DA QUESTÃO NÃO ESTAVA DE ACORDO COM A VAGA OFERECIDA, POIS TRATA-SE DA ANÁLISE DAS SALAS DE AULAS, COM CARÁTER INVESTIGATIVO, PARA AVALIAR NECESSIDADES DE MUDANÇAS, PROPORCIONANDO CONFORTO AOS USUÁRIOS (ALUNOS), DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES ERGONÔMICAS E DESIGN UNIVERSAL. DIANTE DISSO ENCONTREI O ARTIGO: Diagnose ergonômica das condições da iluminação em sala de aula a partir da ergonomia e do design universal. Fernanda Sales, Suzi Maria Carvalho Mariño, Sydney Freitas Published 2014.

Este artigo apresenta os resultados da análise de salas de aula de escola públicas e privadas na cidade de Salvador, Bahia, visando investigar a iluminação existente e o seu estado atual nesses espaços. Verifica as mudanças necessárias para essas iluminações e se os seus índices estão adequados com o grau de conforto luminoso dos usuários indicado em normativas, relacionando-as com as recomendações ergonômicas e design universal.

O ARTIGO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE <https://www.semanticscholar.org/paper/Diagnose-ergon%C3%B4mica-das-condi%C3%A7%C3%B5es-da-ilumina%C3%A7%C3%A3o-em-Sales-Mari%C3%B1o/69d34d7e971ce5b2e3644577d00ec09765c6dc94>

Anexo(s):	Data do envio
Diagnose_ergonomica_das_condicoes_da_iluminacao_em.pdf	13/11/2020 22:56
ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Questão 37 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -14:39

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3069 | Solicitado em: 09/11/2020 -15:39

Recurso:

A QUESTÃO PEDE AS AFIRMATIVAS ERRADAS , DAS CINCO ALTERNATIVAS APENAS O ITEM IV ESTAVA CORRETO , OU SEJA EXISTIAM UMA CORRETA E QUATRO ERRADAS , PORTANTO NÃO EXISTE OPÇÃO PARA QUATRO ALTERNATIVAS ERRADAS , FICANDO A LETRA A COMO RESPOSTA .

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:35

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim diminuir o tráfego de mercadorias e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3071 | Solicitado em: 09/11/2020 -16:00

Recurso:

A QUESTÃO PEDE CONHECIMENTOS SOBRE ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS - DAS QUATRO ALTERNATIVAS O GABARITO AFIRMA QUE ESTÃO ERRADAS AS DE NÚMERO II E IV , PORÉM A ALTERNATIVA IV ESTÁ DE ACORDO COM O ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 116/2003 , OU SEJA APENAS A II ESTÁ INCORRETA, FICANDO A ALTERNATIVA A E NÃO A C .

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -12:49

RECURSO PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato. Gabarito alterado para a alternativa "A".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3059 | Solicitado em: 09/11/2020 -11:18

Recurso:

Conforme o gabarito preliminar apresentado a letra A como sendo a alternativa correta está errado. Devido também a ter duplicidade de informações na alternativa B. A questão deve ser anulada.

Anexo(s):	Data do envio
RECURSO DE QUESTÕES DO CONCURSO DE NOVA MONTE VERDE.docx	09/11/2020 11:19
ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA	Questão 39 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -13:34

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. Por haver erros na digitação da questão, anula-se.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3055 | Solicitado em: 09/11/2020 -10:33

Recurso:

Discordo com entendimento das alternativas que se dizem corretas existem dualidade de entendimentos.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:20

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3056 | Solicitado em: 09/11/2020 -10:56

Recurso:

Resposta do gabarito está incompatível com o artigo 25 da LDB. 9.394/96. A opção correta é a letra C, correspondendo diretamente ao artigo 25.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:24

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3057 | Solicitado em: 09/11/2020 -11:08

Recurso:

O gabarito preliminar dizendo ser alternativa correta a letra D está errado. Está questão deve ser anulada, pois essa alternativa não condiz com as concepções pedagógicas.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 32 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:24

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3058 | Solicitado em: 09/11/2020 -11:13

Recurso:

Resposta do gabarito preliminar está equivocada considerando a letra A como certa. Deve ser anulada ou revista o enunciado com as alternativas propostas. A resposta mais coerente é a letra B, como correta.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -14:24

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3061 | Solicitado em: 09/11/2020 -12:39

Recurso:

Alternativa B, está errada pois o entendimento tem duplicidade de entendimentos. Estando a alternativa IV- coerente com artigo 24 no inciso V com as alneas b e c da LDB. 9.394/96.

Aguardo resposta do recurso impetrado por mim. Conforme o entendimento da banca W2 para poder acionar a jurisprudência do MP/MT desses entendimentos segundo o STF.

Anexo(s):	Data do envio
Anulação.docx	09/11/2020 13:13

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 28 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:19

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3141 | Solicitado em: 13/11/2020 -22:17

Recurso:

Sobre as afirmativas erradas temos:

I - artigo 150, inciso I, da Constituição, segundo o qual "é vedado (...) exigir ou aumentar tributo sem que lei o estabeleça, portanto é falso a afirmação que é lícito majorar ou exigir por decreto pelo prefeito municipal.

II - artigo 150, inciso V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; sendo falso sua permissão

III - artigo 150 da Constituição Federal, na seção II, "Das Limitações do Poder de Tributar", prevê que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios cobrar tributos de livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão, portanto é falso a afirmação que não alcança o município.

Tendo como resposta certa a alternativa D

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:34

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfego de mercadorias e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3144 | Solicitado em: 13/11/2020 -22:42

Recurso:

Observações: Sobre as afirmativas erradas temos:

I - artigo 150, inciso I, da Constituição, segundo o qual "é vedado (...) exigir ou aumentar tributo sem que lei o estabeleça, portanto é falso a afirmação que é lícito majorar ou exigir por decreto pelo prefeito municipal.

II - artigo 150, inciso V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; sendo falso sua permissão

III - artigo 150 da Constituição Federal, na seção II, "Das Limitações do Poder de Tributar", prevê que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios cobrar tributos de livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão, portanto é falso a afirmação que não alcança o município.

IV - Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] III - cobrar tributos: [...]

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; dessa foram falsa a informação que o município poderá cobrar no mesmo ano da publicação da lei.

Assim não há resposta correta.

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:34

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim diminuir o tráfego de mercadoria e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3149 | Solicitado em: 13/11/2020 -23:14

Recurso:

Nos termos da Lei Complementar nr 116/2003 considera-se estabelecimento prestador:

I - O local que o contribuinte desenvolva ... Art. 4º

III - Que configura unidade econômica ... Art. 4º

IV - O do estabelecimento prestador, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador. Art. 3º

II - No caso de construção civil ... Não consta expressamente na lei.

Dessa forma a resposta correta é a letra A

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:48

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato. Gabarito alterado para a alternativa "A".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3148 | Solicitado em: 13/11/2020 -23:13

Recurso:

Nos termos da Lei Complementar nr 116/2003 considera-se estabelecimento prestador:

I - O local que o contribuinte desenvolva ... Art. 4º

III - Que configura unidade econômica ... Art. 4º

IV - O do estabelecimento prestadorou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador. Art. 3º

II - No caso de construção civil ... Não consta expressamente na lei.

Dessa forma a resposta correta é a letra A

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 26 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -12:56

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. Lei Complementar 116/2003, Art. 2º O imposto não incide sobre: Alternativa "A" I – as exportações de serviços para o exterior do País; Alternativa "B" II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados; Alternativa "D" III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras. Alternativa "C" - Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País. Portanto a alternativa "C", está correta, há a incidência. Mantém-se o gabarito.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3106 | Solicitado em: 11/11/2020 -17:41

Recurso:

A questão de número 09 anuncia que "Com base no emprego do "senão" e "se não", assinale a alternativa correta", e aponta no gabarito preliminar que a alternativa correta é a letra "D", asseverando que "Chegue cedo à empresa amanhã; se não, será demitido".

Pois bem.

Segundo o sítio eletrônico do Brasil Escola < <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/senao-ou-se-nao.htm>> "se não" e "senão" NÃO possuem o mesmo significado, uma vez que não podem ser substituídos pela mesma expressão.

Use "se não" (união da conjunção se + advérbio não) quando puder trocar por "caso não", "quando não" ou quando a conjunção "se" for integrante e estiver introduzindo uma oração objetiva direta: Perguntei a ela se não queria dormir em minha casa.

Neste sentido, a frase "Chegue cedo à empresa amanhã; se não, será demitido", se encontra incorreta, eis que a frase não pode ser substituída pelos termos "caso não", "quando não". Veja-se:

"Chegue cedo à empresa amanhã; caso não, será demitido".

"Chegue cedo à empresa amanhã; quando não, será demitido".

Por outro lado, a forma "senão" (junta) pode ser uma conjunção correlata aditiva (sinônimo de "mas também"), conjunção de oposição adversativa (substituível por "mas sim" ou "do contrário").

Use "senão" quando puder substituir por "do contrário", "de outro modo", "caso contrário", "porém", "a não ser", "mas sim", "mas também".

Deste modo, a assertiva de letra "D" estaria correta se a banca examinadora utilizasse a expressão "senão" (junto), que poderia ser substituída por "caso contrário". Veja-se:

"Chegue cedo à empresa amanhã; caso contrário, será demitido".

Portando, levando-se em consideração que as assertivas "A"; "B"; "C" e "D" se encontram incorretas, o candidato pugna para que conste no gabarito definitivo a anulação da questão por ser a medida escorreita.

Pede deferimento.

PORTUGUÊS - PROCURADOR MUNICIPAL

Questão 9 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:26

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao recorrente, uma vez que, de acordo com Rodrigo Bezerra (Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos), há uma situação em que a pontuação faz toda a diferença: Chegue cedo à empresa amanhã, senão (do contrário, caso contrário) será demitido. Chegue cedo à empresa amanhã; se não (se não chegar -> juízo hipotético), será demitido. Além disso, a alternativa A) está incorreta, uma vez que deveria ter sido empregado "senão", no sentido de "mas também". Dessa forma, gabarito correto e mantido. Gabarito: D) Chegue cedo à empresa amanhã; se não, será demitido.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3107 | Solicitado em: 11/11/2020 -17:43

Recurso:

A questão de número 10 anuncia que "Os caminhos _____ ele sempre andou eram caminhos de morte". Assinale a alternativa que completa a lacuna corretamente. Nos termos do gabarito preliminar a banca apontou que a alternativa correta é a letra "B", asseverando que a palavra "por que" (separada e sem acento) se encontra correta. Entretanto, segundo as normas gramaticais de português a utilização do por que (separado e sem acento) só pode ser empregado em perguntas. Deste modo, considerando que o enunciado da questão não versa sobre pergunta, a alternativa "C" se encontra incorreta. Com efeito, a alternativa correta é a letra "C" (porquê), e segundo o sítio eletrônico Brasil Escola a palavra "Porquê" é substantivo e tem significado de "motivo", "razão". Vem acompanhado de determinante, como um artigo, pronome, adjetivo ou numeral. Logo a frase "Os caminhos _____ ele sempre andou eram caminhos de morte" possui o sentido de motivo e razão, e vem acompanhado de determinante do pronome oblíquo "ele". Portanto, requeiro que conste no gabarito definitivo a alternativa correta sendo a letra "C".
Pede deferimento.

PORTUGUÊS - PROCURADOR MUNICIPAL

Questão 10 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:27

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao recorrente, uma vez que, de acordo com Rodrigo Bezerra (Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos), emprega-se o "por que" separado quando puder ser substituído por "pelo qual, pela qual, pelos quais, pelas quais" – neste caso, teremos uma preposição "por" seguida do pronome relativo "que". Exemplo: Os caminhos por que (pelos quais) ele sempre andou eram caminhos de morte. Dessa forma, questão correta e mantida. Gabarito: B) por que.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3108 | Solicitado em: 11/11/2020 -17:44

Recurso:

Recurso Questão 14

A questão de número 14 anuncia que "Dada a função $f(x) = 2x-4x+3$, é correto afirmar que $f(0)$ é igual a:

A questão deve ser respondida da seguinte forma. Veja-se

$$2x - 4x + 3 = 0$$

$$-2x + 3 = 0$$

$$-2x = -3$$

$$2x = 3$$

$$X = 3/2$$

$$X = 1,5$$

Logo, não possuindo no gabarito o valor de 1,5 e que o número inteiro é "1" deve ser alterado no gabarito definitivo a alternativa "B" (1), senão, que seja anulada a referida questão por não possuir a sua previsão em nenhuma das assertivas.

Pede deferimento.

MATEMÁTICA - PROCURADOR MUNICIPAL

Questão 14 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:19

Resposta:

IMPROCEDENTE: Não assiste razão ao candidato, visto que, conforme enunciado, dado $f(x)$, para se obter $f(0)$ deve-se substituir $x=0$ na função fornecida. Substituindo $x=0$ em $f(x)$, tem-se que: $f(0) = 2 \cdot 0 - 4 \cdot 0 + 3$. $f(0) = 0 - 0 + 3$. $f(0) = 3$. Assim, a resposta para a questão é alternativa D) 3, conforme gabarito indicado. **FONTE:** - Filho, B.; Silva, C.. Matemática Aula por Aula. Volume Único. Editora FTD. 2001. - Iezzi, G., Dolce, O.; Degenszajn, D., Périgo, R.. Matemática. Volume Único. Atual Editora, 2002.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3109 | Solicitado em: 11/11/2020 -17:46

Recurso:

A questão de nº 22 anuncia que "Sobre a Nova República – Divisão dos períodos da História do Brasil, não é correto afirmar". A banca examinadora apontou no gabarito preliminar que a alternativa correta é a letra "D", todavia, as alternativas "B" e "C" também se encontram incorretas. Vejamos:

Alternativa "B": Quatro anos mais tarde, a população brasileira foi às ruas pedir eleições diretas.

Primeiramente a alternativa "B" se encontra incorreta porque o período conhecido como a Nova República teve início em 1985 até os dias atuais, e a população brasileira foi às ruas para pedir as eleições diretas no ano de 1983-1984, e não após 04 anos do período conhecido como a Nova República.

Segundo o sítio eletrônico [...] Outro marco importante para o começo das manifestações foi a proposta de Emenda Constitucional que propunha a realização de eleições diretas em novembro de 1983. O povo, então, foi para as ruas lutar pelo direito de ir às urnas e eleger diretamente seu futuro presidente.

Alternativa "C": "O movimento conhecido como Diretas Já culminou com a eleição de Fernando Collor".

Primeiramente a alternativa "C" se encontra incorreta porque o movimento conhecido como Diretas Já teve início em 1983 até 1984 quando a Proposta de Emenda Constitucional nº 05/1983 foi rejeitada. E o Presidente Fernando Collor somente foi eleito em 1990.

Além disso, segundo o sítio eletrônico A versão oficial da Constituição ficou pronta em 1988. Nela havia o restabelecimento da ordem civil democrática e das liberdades individuais, bem como a garantia das eleições diretas.

Neste sentido em 1988 com a promulgação da Constituição Federal já previa a garantia das eleições diretas, e com base nesta garantia que o Presidente Fernando Collor foi eleito em 1990.

Sendo assim, considerando que a aludida questão possui 03 afirmativas incorretas, a saber: "B", "C" e "D", requeiro a anulação da questão por ser medida escorreita.

Pede deferimento.

CONHECIMENTOS GERAIS - PROCURADOR MUNICIPAL

Questão 22 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -11:02

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. Nova República – O marco dessa fase da História do Brasil é a posse de José Sarney, que assumiu a presidência após a morte do presidente eleito Tancredo Neves, do qual era vice na chapa. Quatro anos mais tarde, a população brasileira foi às ruas pedir eleições diretas. O movimento conhecido como Diretas Já culminou com a eleição de Fernando Collor. Após dois anos, Collor sofreu um *impeachment* e então vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência do país. Na alternativa da questão conta: "**[D] Após dois anos, Collor sofreu um impeachment e então vice-presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência do país. Portanto não foi Fernando Henrique quem assumiu a Presidência e sim Itamar Franco**". Portanto a alternativa errada, não sendo correto afirmar.

Fonte: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/historia-do-brasil>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3081 | Solicitado em: 10/11/2020 -08:49

Recurso:

Analisando a questão N°35 observo que o inciso IV da questão está equivocadamente errada conforme o Artigo 27 da lei 9.394/1996, onde o inciso IV da lei dis: "Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais", na prova o inciso IV a palavra "educacional" foi trocada pelo o avaliador por "nacional" dando sentido diferente ou ficando em desacordo com a lei original, se tornando incorretamente e conseqüentemente a resposta do gabarito torna-se errada, sendo assim apenas os incisos I, II E III estão corretos de acordo com a lei. Ficando como resposta correta do gabarito a letra "B". Desde já agradeço pela atenção.

Anexo(s):	Data do envio
20201110_011135.jpg	10/11/2020 08:49

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -15:07

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3075 | Solicitado em: 09/11/2020 -16:35

Recurso:

Sobre a verificação do rendimento escolar, segundo a LDB, analise as afirmativas.

- I-
- II-
- III-
- IV-

Das afirmativas estão erradas:

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3

O gabarito traz a letra B como resposta correta. Porém, segundo a LDB o gabarito correto é a letra C. Pois os aspectos QUALITATIVOS prevalece sobre os QUANTITATIVOS e não o contrario.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

Respondido em: 23/11/2020 -15:05

RECURSO PROCEDENTE: Gabarito alterado. O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LBD –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020. LDB, Art. 24 (...) V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3113 | Solicitado em: 11/11/2020 -20:39

Recurso:

Passível de Recurso, pois a questão contém erros de digitação.
A questão deve ser anulada, caso contrário prejudicará a candidata.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 39 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -13:34

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. Por haver erros na digitação da questão, anula-se.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3114 | Solicitado em: 11/11/2020 -21:06

Recurso:

Passível de Recurso.

A questão está elaborada para o ensino médio, e prejudica a candidata, uma vez que a inscrição foi para o cargo de Professor de Pedagogia, fugindo desse modo do conteúdo especificado no edital. Sendo assim busco pela anulação da questão.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:29

Resposta:

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LBD –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3129 | Solicitado em: 12/11/2020 -20:14

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais**Recurso:**

O gabarito desta questão merece ser reformado pelos seguintes motivos:

A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, atribui a essa questão como resposta certa a alternativa B, que afirma a existência de 01 afirmativa errada dentro das 05 que foram apresentadas.

Porém, se formos analisar, podemos constatar que existem 04 erradas e 01 certa. Vejamos

I – É lícito ao prefeito Municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto.

ERRADA.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

A questão faz referência ao princípio da Legalidade, pois prevê a necessidade de

que uma lei seja editada para instituir ou aumentar um tributo, sendo essas por Lei Ordinária, complementar ou Medida Provisória

II – É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfico de mercadoria e pessoas em seu território.

ERRADA

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

V - Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

Por tanto é proibido a instituição de tributos para diminuir os tráfegos de mercadoria e pessoas em seu território.

III – Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais

ERRADO

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - Instituir impostos sobre

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

Alcança ao município a chamada imunidade cultural tornando imunes os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

IV – O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu.

Correta

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

Princípio da Anterioridade, questão está correta.

V – O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais.

ERRADA.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

como a questão aponta o patrimônio e renda dos partidos ela é considerada errada, pois é cobrado imposto quando o contribuinte for de fato, e não de direito nesse caso.

Passada a fundamentação, podemos perceber que possuem quatro questões erradas (I, II, III, V) e uma certa (IV), tornando a questão anulada por não coincidir com a resposta do gabarito (letra B) onde mostra uma errada apenas.

Se levarmos em consideração a alternativa do gabarito (B) entende-se também que houve erro no enunciado pois há somente uma questão certa havendo erro no que se pede a questão.

Nestes termos, peço a revisão da questão e posteriormente a sua anulação por não existir alternativa correta para a questão.

Referência Art. 150 da CF/88

Anexo(s):	Data do envio
Recurso Questão 31.pdf	12/11/2020 20:14

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:33

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfico de mercadoria e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Fiscal de Obras e Postura

Código do recurso: 3067 | Solicitado em: 09/11/2020 -15:17

Recurso:

SEGUNDO A LEI MUNICIPAL LEI Nº 778/2015.

Artigo 175 – O horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais é livre, salvo casos especiais.

OU SEJA, A RESPOSTA SERIA A ALTERNATIVA "D" QUE FALA: "LIVRE INICIATIVA DO PROPRIETARIO DO ESTABELECIMENTO", AO INVÉS DA ALTERNATIVA "C" QUE DIZ: "FIXADO DAS 06(SEIS) ÀS 19 (DEZENOVE) HORAS.

ATT.

ESPECÍFICA - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:02

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Gabarito alterado para a alternativa "D", conforme previsto na Lei Municipal nº 778/2015 Art. 175, parágrafo único.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Fiscal de Obras e Postura

Código do recurso: 3068 | Solicitado em: 09/11/2020 -15:19

Recurso:

SEGUNDO A LEI MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE LEI Nº 778/2015.
Artigo 175 – O horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais é livre, salvo casos especiais.

OU SEJA, A RESPOSTA SERIA A ALTERNATIVA "D" QUE FALA: "LIVRE INICIATIVA DO PROPRIETARIO DO ESTABELECIMENTO", AO INVÉS DA ALTERNATIVA "C" QUE DIZ: "FIXADO DAS 06(SEIS) ÀS 19 (DEZENOVE) HORAS.

ATT.

ESPECÍFICA - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:02

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Gabarito alterado para a alternativa "D", conforme previsto na Lei Municipal nº 778/2015 Art. 175, parágrafo único.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista de Compras e Licitação

Código do recurso: 3080 | Solicitado em: 09/11/2020 -22:58

Recurso:

Anulação por falta de alternativa correta na questão.

Anexo(s):	Data do envio
recurso_1.docx	09/11/2020 22:58

ESPECÍFICA - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -15:20

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato. Não há resposta a ser indicada ao candidato por haver 3 erradas e 1 correta.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3131 | Solicitado em: 13/11/2020 -10:27

Recurso:

A Lei Complementar de número 116, de 31 de julho de 2003, em seu artigo 4, informa o que é considerado como estabelecimento prestador, da forma como segue abaixo:

" Artigo 4 - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas."

Sendo assim, a luz do artigo 4, da lei complementar 116/2003, os itens I e III, da questão 29, estão corretos.

Porém, a mesma Lei Complementar, 116/2003, em seu artigo 3, redação dada pela Lei Complementar de número 157 de 2016, afirma o seguinte:

" Artigo 3 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local." (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016) (Vide ADIN 3142)

Pela interpretação literal do artigo 3, da Lei Complementar 116/2003, o local do domicílio do prestador também pode ser considerado como estabelecimento prestador, quando da falta do local do estabelecimento prestador.

Sendo assim, o Item IV, da questão 29, pela interpretação literal, do artigo 3, da Lei Complementar 116/2003, também está correto.

Com base nessas informações, solicito ao corpo de docentes da W2 Auditores e Consultores, que retifiquem o gabarito da referida questão 29, pois no enunciado da questão indica que devemos considerar para análise da questão a íntegra da Lei Complementar de 116/2003, ou seja, não informa artigo específico.

Com isso, pelo artigo 4, da LC 116/2003 estão corretos os itens I e III. E, pelo artigo 3, da LC 116/2003 está correto o item IV.

Então o gabarito correto é a Letra "A". Que afirma que os itens I, III e IV estão corretos e II está errado.

No gabarito publicado aparece como correta a alternativa C. Todavia pelo exposto, à luz da LC 116/2003, a alternativa correta é a alternativa A.

Anexo(s):	Data do envio
LC 116-2003.odt	13/11/2020 10:27

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -12:48

RECURSO PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato. Gabarito alterado para a alternativa "A".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3135 | Solicitado em: 13/11/2020 -11:40

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Recurso:

A questão 31 pede para que os itens da questão sejam analisados a luz do artigo 150 da Constituição Federal de 88, no que concerne às limitações de tributar. Pois bem, irei elencar cada item da questão e logo em seguida de cada item estará o texto constitucional que justifica a veracidade ou não do referido item.

Item I - É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de decreto. Comentário: Afirmativa errada, pois o inciso I, do artigo 150, da CF/88 veda tal procedimento, pois diz que somente lei, e não decreto, pode exigir ou majorar imposto. "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça."

Item II - É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfego de mercadorias e pessoas em seu território. Comentário: Afirmativa errada, pois o inciso II, do artigo 150, da CF/88 veda tal procedimento, pois diz que "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público."

Item III - Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. Comentário: Afirmativa errada, pois a vedação quanto à instituição de impostos sobre livro, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, conforme alínea D, do inciso VI, do artigo 150 da CF/88. Pois diz que "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão."

Item IV - O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. Comentário: Alternativa verdadeira, pois a alínea B, do inciso III, do artigo 150 da CF/88 afirma exatamente essa vedação. Pois diz que "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou."

Item V - O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. Comentário: Afirmativa verdadeira, pois o parágrafo 4, do artigo 150 da CF/88, afirma que a vedação para instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas. Portanto o patrimônio e a renda dos partidos políticos podem sim ser objeto da cobrança de impostos municipais, caso não estejam relacionados as finalidades essenciais dos partidos políticos. Pois "sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; § 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas."

Pela explanação aqui informada, a luz do artigo 150 da CF/88, a questão 31 possui 03 afirmativas erradas, sendo os itens I, II e III; e 02 afirmativas verdadeiras, sendo os itens IV e V. Portanto o gabarito correto da questão é a letra D.

Com isso solicito aos docentes da W2 auditoria e consultoria a retificação do gabarito publicado. Foi publicado que o gabarito correto seria a letra B, todavia pela explanação aqui exposta, com todos os itens analisados de acordo com o artigo 150 da CF/88, está claro que o gabarito correto da questão 31 é a letra D.

Anexo(s):	Data do envio
CF 88.pdf	13/11/2020 11:40

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:34

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfego de mercadoria e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT Concurso Público - 001/2020	
RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO	
Cargo: Técnico em Enfermagem (Alto Paraíso)	Código do recurso: 3117 Solicitado em: 12/11/2020 -09:58
Recurso: A c e d estão certas	
ESPECÍFICA - TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Questão 28 (Prova 1)
SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE	
Resposta:	Respondido em: 23/11/2020 -15:28
RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".	

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3063 | Solicitado em: 09/11/2020 -13:57

Recurso:

Segundo o gabarito, a questão D é a correta, no entanto, o uso do "Se não" está incorreto, pois na questão têm-se a ideia de contrariedade. O Correto seria usar "Senão". Sendo assim, a alternativa correta seria a letra A.

PORTUGUÊS - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 9 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:26

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao recorrente, uma vez que, de acordo com Rodrigo Bezerra (Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos), há uma situação em que a pontuação faz toda a diferença: Chegue cedo à empresa amanhã, senão (do contrário, caso contrário) será demitido. Chegue cedo à empresa amanhã; se não (se não chegar -> juízo hipotético), será demitido. Além disso, a alternativa A) está incorreta, uma vez que deveria ter sido empregado "senão", no sentido de "mas também". Dessa forma, gabarito correto e mantido. Gabarito: D) Chegue cedo à empresa amanhã; se não, será demitido.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3065 | Solicitado em: 09/11/2020 -14:06

Recurso:

Segundo o gabarito, a questão D é a correta, no entanto, o uso do "Se não" está incorreto, pois na questão têm-se a ideia de contrariedade. O Correto seria usar "Senão". Sendo assim, a alternativa correta seria a letra A.

PORTUGUÊS - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 9 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:25

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao recorrente, uma vez que, de acordo com Rodrigo Bezerra (Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos), há uma situação em que a pontuação faz toda a diferença: Chegue cedo à empresa amanhã, senão (do contrário, caso contrário) será demitido. Chegue cedo à empresa amanhã; se não (se não chegar -> juízo hipotético), será demitido. Além disso, a alternativa A) está incorreta, uma vez que deveria ter sido empregado "senão", no sentido de "mas também". Dessa forma, gabarito correto e mantido. Gabarito: D) Chegue cedo à empresa amanhã; se não, será demitido.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3066 | Solicitado em: 09/11/2020 -14:08

Recurso:

O gabarito esta errado, pois afirma que apenas a afirmação IV esta correta, quando na realidade as outras 3 afirmações estão corretas. O mercúrio em caso algum faz bem à saúde, portanto, é incorreto afirmar que se adquire Bócio quando a água não possui Mercúrio.

ESPECÍFICA - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -11:53

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por não haver alternativa a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3118 | Solicitado em: 12/11/2020 -13:19

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais**Recurso:**

RECURSO SOBRE A QUESTÃO Nº 31

[QUESTÃO 31] No que concerne às limitações de tributar (Art. 150 da Constituição Federal de 88):

I - É ilícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto

Resposta Errado, apenas Por meio de Lei é Possível.

Art. 150 da Constituição Federal de 88, Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfego de mercadoria e pessoas em seu território.

ERRADO, NÃO É PERMITIDO.

Art. 150 da Constituição Federal de 88. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

III - Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais.

ERRADO, ALCANÇA SIM DE ACORDO COM A CF.

Art. 150 da Constituição Federal de 88. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

IV - O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu.

ESTA CERTA ESSA.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais.

ERRADO, NÃO É PERMITIDO.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

"A PERGUNTA ERA!

SOBRE AS AFIRMATIVAS ERRADAS SÃO;

A- NENHUMA

B- UMA

C- DUAS

D- TRÊS

RESPONDI A LETRA D, 03 (TRÊS) ALTERNATIVA ERRADA, MAIS SABENDO QUE TINHA 04 (QUATRO) ALTERNATIVAS ERRADAS, com INTUÍDO DE ENTRAR COM RECURSO PARA FUTURA CORREÇÃO DO EQUIVOCO.

Mais para minha surpresa o GABARITO preliminar trouxe a letra B como correta, portanto é possível concluir que a pergunta tinha o intuito de perguntar SOBRE AS AFIRMATIVAS CORRETAS SÃO:, deste modo diante da questão nº 31 ter erro no questionamento. Venho por meio desse recurso, SOLICITAR A ANULAÇÃO DA QUESTÃO NUMERO 31 DA PROVA DO CARGO DE ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - Nova Monte Verde do Concurso Público - 001/2020 - Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT.

Anexo(s):	Data do envio
RECURSO PARA ANULAÇÃO DA QUESTÃO Nº 31.pdf	12/11/2020 13:19

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -12:33

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É ilícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfego de mercadoria e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito

Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3119 | Solicitado em: 12/11/2020 -13:24

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Recurso:

RECURSO SOBRE A QUESTÃO Nº 34

[QUESTÃO 34] A FIXAÇÃO DA BASE DE IMPOSTO CÁLCULO DO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO NÃO SE SUBMETE A QUAL DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ABAIXO REPRODUZIDAS?

A - ARRECADAR (COBRAR) TRIBUTOS NO MESMO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE HAJA SIDO PUBLICADA A LEI QUE OS INSTITUIU OU AUMENTOU.

R- Art. 150 CF de 1988. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

B - COBRAR TRIBUTOS ANTES DE DECORRIDOS NOVENTA DIAS DA DATA EM QUE HAJA SIDO PUBLICADA A LEI QUE OS INSTITUIU OU AUMENTOU.

R- Art. 150 CF de 1988. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)
C - EXIGIR OU AUMENTAR TRIBUTO SEM LEI QUE O ESTABELEÇA.

R- Art. 150 CF de 1988. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

D - UTILIZAR TRIBUTO COM EFEITO DE CONFISCO.

R- Art. 150 CF de 1988. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

Portanto o artigo 150 da Constituição Federal de 1988, nos trás todas as vedações para União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no quesito de cobrança de tributos de variadas espécies e competências.

A questão nº 34, objeto desse recurso foi retirada desse artigo 150 da Constituição Federal de 1988, conforme exemplificação acima. Neste contexto não há uma resposta correta por que em todas as alternativas o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ESTA SUBMETIDO A ESTAS RESTRIÇÕES;

• A - ARRECADAR (COBRAR) TRIBUTOS NO MESMO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE HAJA SIDO PUBLICADA A LEI QUE OS INSTITUIU OU AUMENTOU.

• B - COBRAR TRIBUTOS ANTES DE DECORRIDOS NOVENTA DIAS DA DATA EM QUE HAJA SIDO PUBLICADA A LEI QUE OS INSTITUIU OU AUMENTOU.

• C - EXIGIR OU AUMENTAR TRIBUTO SEM LEI QUE O ESTABELEÇA.

• D - UTILIZAR TRIBUTO COM EFEITO DE CONFISCO.

Outro ponto que merece ser esclarecido é a forma como foi formulada a pergunta na questão nº 34, objeto desse recurso.

"A FIXAÇÃO DA BASE DE IMPOSTO CÁLCULO DO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO"

De acordo com o Código Tributário do município de Nova Monte Verde-MT, Lei Complementar Nº 789/2015 de 08 de Dezembro de 2015.

Art. 38. Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

Seção IV – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 39. A base de cálculo do Imposto localizado na zona urbana, nas áreas urbanizada ou de expansão urbana do município é o Valor Venal do Imóvel e será conhecido, de acordo com a seguinte forma:

$VVI = VVT + VVE$

Onde:

VVI = Valor Venal do Imóvel;

VVT = Valor Venal do Terreno;

VVE = Valor Venal da Edificação.

Ainda nos termos do art. 33 do CTN, a base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, não se considerando o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

O valor venal de um imóvel é o preço de venda, levando-se em consideração o terreno acrescido de suas edificações, estimado por critérios técnicos prescritos em Lei Municipal. É o valor provável do imóvel, aquele que o bem alcançaria para compra e venda à vista, conforme as condições usuais do mercado imobiliário.

O valor venal do imóvel, por ser à base de cálculo do imposto e um dos critérios da regra-matriz de incidência, só pode ser fixado ou majorado por lei.

O que se pode estabelecer por meio de ato do Poder Executivo é a atualização monetária do imposto, a teor do disposto no § 2º, do art. 97 do CTN.

Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, res-salvado o disposto no inciso I do § 3o do artigo 52, e do seu sujeito passivo;

IV – a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

V – a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

§ 1o Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

§ 2o Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Por fim, após as afirmações acima pautadas na legislação vigente, não vejo possibilidade de ter alguma relação À FIXAÇÃO DA BASE DE IMPOSTO CÁLCULO DO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E AS NORMAS CONSTITUCIONAIS REPRODUZIDAS NAS ALTERNATIVAS, deste modo diante da questão nº 34 Ter feito um questionamento equivocado e confuso. Venho por meio desse recurso, SOLICITAR A ANULAÇÃO DA QUESTÃO NUMERO 34, DA PROVA DO CARGO DE ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - Nova Monte Verde do Concurso Público - 001/2020 - Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT.

Anexo(s):	Data do envio
RECURSO PARA ANULAÇÃO DA QUESTÃO Nº 34.pdf	12/11/2020 13:24

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	Questão 34 (Prova 1)
---	----------------------

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -12:51

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA: O recurso assiste ao candidato, por não haver alternativa correta a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3064 | Solicitado em: 09/11/2020 -13:58

Recurso:

A questão de número 40 não tem coerência com o cargo de professor de pedagogia.
Vale lembrar que o professor de Pedagogia irá lecionar o ensino fundamental e não o ensino médio.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:28

Resposta:

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LBD –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Procurador Municipal

Código do recurso: 3082 | Solicitado em: 10/11/2020 -09:13

Recurso:

Excelência, conforme será demonstrado, a referida questão possui 02 alternativas corretas: (B) e (D).

A banca considerou como correta a alternativa (D) fato que a princípio não teria como contestar, contudo, ocorre que a alternativa (B) também pode ser considerada como correta, vejamos:

A redação "ipsis litteris" da alternativa: (B)

"O juízo estadual não tem competência para produção antecipada da prova requerida em face da união".

Pois bem, a afirmação contida na alternativa não está errada, pois como regra a competência para produção antecipada de prova requerida em face da união é da Justiça Federal, conforme o Art. 381, § 4º, do CPC 2015: "O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, NÃO houver vara FEDERAL". A inteligência do artigo é clara ao afirmar que não é da competência da justiça estadual a produção antecipada de prova quando a prova requerida em face da União, e que somente na falta da justiça federal e que será competente a justiça estadual. Deste modo, com a falta dessa ressalva no enunciado da alternativa foi prejudicado o julgamento objetivo da questão.

Diante do exposto deve ser anulado a questão por contém duas alternativas corretas.

ESPECÍFICA - PROCURADOR MUNICIPAL

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:08

Resposta:

INDEFERIDO: Não assiste razão ao candidato. A alternativa "B) O juízo estadual não tem competência para produção antecipada da prova requerida em face da União" que o requerente sustenta estar correta, não tem como estar nos termos do art. 381, §4º do Código de Processo Civil, senão vejamos: "§ 4º O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal". Dessa forma, sendo a alternativa B, uma afirmativa de que não há tal competência, é uma negativa do dispositivo de Lei supratranscrito, e não tem como estar correta, como pleiteia o recorrente. Isto posto, a única alternativa correta é a D) Nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento da ação, será admitida a produção antecipada da prova, que consiste na literalidade do art. 381, inciso II do Código de Processo Civil. Indefere-se o recurso.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Técnico em Enfermagem

Código do recurso: 3079 | Solicitado em: 09/11/2020 -19:58

Recurso:

Boa noite, a questão 26 apresenta 2 resposta correta, coqueluche e meningite meningocócica, sendo que, em caso de isolamento de paciente, tanto coqueluche como meningite meningocócica devem ser usadas máscaras n95 para entrar no quarto. contudo, a resposta que foi apresentada como correta pela banca foi sarampo.

Anexo(s):	Data do envio
RECURSO PREFEITURA MONTE VERDE.docx	09/11/2020 19:58

ESPECÍFICA - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Questão 26 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -15:34

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA, por haver duas alternativas erradas.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Odontólogo

Código do recurso: 3095 | Solicitado em: 11/11/2020 -10:45

Recurso:

A alternativa [D] da questão possui erro de digitação, a palavra falsa, esta escrita FALTA. Assinaei outra alternativa por conta desse erro de digitação.

Anexo(s):	Data do envio
WhatsApp Image 2020-11-11 at 09.36.53.jpeg	11/11/2020 10:45

ESPECÍFICA - ODONTÓLOGO	Questão 34 (Prova 1)
-------------------------	----------------------

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -15:25

RECURSO IMPROCEDENTE: O erro na digitação, não induz o candidato ao erro pois havia quatro questões (falsas/erradas ou verdadeiras/certas).

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Odontólogo

Código do recurso: 3096 | Solicitado em: 11/11/2020 -10:46

Recurso:

A alternativa [B] da questão possui erro de digitação, a palavra falsa, esta escrita FALTA. Assinalei outra alternativa por conta desse erro de digitação.

Anexo(s):	Data do envio
WhatsApp Image 2020-11-11 at 09.37.23.jpeg	11/11/2020 10:46

ESPECÍFICA - ODONTÓLOGO	Questão 35 (Prova 1)
-------------------------	----------------------

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -15:26

RECURSO IMPROCEDENTE: O erro na digitação, não induz o candidato ao erro pois havia quatro questões (falsas/erradas ou verdadeiras/certas).

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista de Compras e Licitação

Código do recurso: 3090 | Solicitado em: 10/11/2020 -21:45

Recurso:

As opções A e C levam ao mesmo resultado.

{A} Três definições estão corretas.

{C} Uma definição está errada.

ESPECÍFICA - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Questão 36 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -15:22

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA, por não haver resposta a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Motorista de Ambulância

Código do recurso: 3092 | Solicitado em: 11/11/2020 -04:36

Recurso:

A RESPOSTA DO GABARITO É A LETRA D, PORÉM NA BANDEIRA DE NOVA MONTE VERDE TAMBEM TEM VERDE, VERMELHO, PRETO E AZUL QUE É A RESPOSTA DA LETRA B. QUE É A MINHA RESPOSTA, PEÇO POR FAVOR CORREÇÃO OU ANULAÇÃO DA QUESTÃO POIS COICIDEM AS RESPOSTAS

CONHECIMENTOS GERAIS - MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Questão 22 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -11:40

RECURSO PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato. Questão anulada, por haver duas alternativas como corretas.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Motorista de Ambulância

Código do recurso: 3094 | Solicitado em: 11/11/2020 -05:10

Recurso:

A REPOSTA B, TAMBÉM ESTA CERTO POIS A PALAVRA TRANSPOSIÇÃO É SEMELHANTE A PALAVRA DESLOCAMENTO DA OPÇÃO C, E DEIXA COM O MESMO SENTIDO E ENTENDIMENTO, DA OPÇÃO CERTA PARA OS CANDIDATOS.

ESPECÍFICA - MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:16

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada. A **linha contínua simples amarela** é a LFO-1; proíbe as **ultrapassagens e deslocamentos laterais** para os dois sentidos, exceto para acesso a imóvel lindeiro. Traduzindo: onde tem **linha contínua amarela não pode ultrapassar** e nem mudar de pista ou fazer retorno. Portanto as alternativas "B" e "C", tem a mesma resposta.

Fonte: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/linha-amarela-continua-que-proibe-ultrapassagem-precisa-de-placa-para-ser-respeitada-veja-aqui-2/>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Motorista de Ambulância

Código do recurso: 3093 | Solicitado em: 11/11/2020 -04:46

Recurso:

A RESPOSTA DA LETRA D ESTA CERTA POIS ONDE FALA SOBRE PEGADO É NA BÍBLIA, E A MÃE DELE REPASSOU ESTE ENSINAMENTO QUE LA POSSUI PARA JOÃO.

PORTUGUÊS - MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Questão 1 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:11

Resposta:

INDEFERIDO: Não assiste razão ao candidato. O recurso não assiste ao recorrente, uma vez que em nenhum momento a Charge faz menção à Bíblia. João faz alusão de que ele não pode conjugar o verbo "merendar", pois mentir é pecado, ou seja, dando a entender que ele não come a merenda na escola. Dessa forma, gabarito correto e mantido. Gabarito: B)

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Ciências

Código do recurso: 3070 | Solicitado em: 09/11/2020 -15:52

Recurso:

Olá.

Venho questionar a pergunta de número 19 de conhecimentos gerais do professor de ciências.

A pergunta traz um texto com informações sobre incêndios no pantanal e que já atinge o bioma serrado e mata atlântica. Traz duas lacunas abertas para o preenchimento sobre a localização dos pontos cardeais do bioma pantanal, porém é muito vago a pergunta, o pantanal pode estar a noroeste do estado do Mato Grosso do sul porém pode estar em uma menor parte localizada a oeste. a pergunta não questiona (o pantanal em sua MAIOR parte se encontra a oeste ou noroeste do estado e não do país todo...). Também diz "o território que compreende o pantanal mato-grossense é considerado a maior planície de inundação do planeta englobando () do MATOGROSSO, O () DO MATOGROSSO DO SUL." A questão é, as localizações geográficas da pergunta é com relação aos pontos cardeais do país, ou apenas das regiões mencionadas. No gabarito a resposta certa é C) Sudoeste e oeste. Não concordo.

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Questão 19 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -11:22

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. O Pantanal é considerado a maior planície de inundação do planeta, englobando o sudoeste do Mato Grosso, o oeste do Mato Grosso do Sul, e parte do Paraguai e Bolívia. Este ano, o período de seca chegou mais cedo e segundo dados do Instituto Centro de Vida (ICV) para o monitoramento dos focos de calor, as queimadas aumentaram 530% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado.

Fonte: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/veja-vdeos-queimadas-avanam-sobre-o-pantanal-de-ml/625478>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3111 | Solicitado em: 11/11/2020 -19:49

Recurso:

A alternativa B apontada como certa não tem nada a ver com a resposta certa.

1 - a afirmativa da B esta errada. Bócio é um aumento do volume da glândula tireoide geralmente causado pela falta de iodo.

<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/bocio-papo/>

As afirmativas I, II e III tem mais coerência sobre tratamento da água e suas implicações para saúde humana.

ESPECÍFICA - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -11:59

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por não haver alternativa a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3110 | Solicitado em: 11/11/2020 -19:31

Recurso:

A afirmação da Questão: "Não faz parte de um ciclo econômico brasileiro." A afirmativa não faz menção a nenhum período específico dos ciclos econômicos do Brasil, então considerando a atualidade, o Pau-Brasil não faz parte desse ciclo e além disso, o petróleo faz parte sim do ciclo econômico brasileiro, com grande contribuição na economia nacional. Se fossemos considerar o passado também estaria errado a alternativa tendo em vista que o ciclo do petróleo no Brasil teve início no final do século XIX.

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-petroleo-no-brasil.htm>

CONHECIMENTOS GERAIS - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 24 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -11:15

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. Os **ciclos econômicos do Brasil** fazem referência às atividades econômicas que foram desenvolvidas no país em diversos momentos. No caso do petróleo ele não foi responsável sozinho por um ciclo, tendo neste período por exemplo a produção agrícola. As outras alternativas: Ciclo do Pau-Brasil: Cultivado durante o período pré-colonial (1500-1530), o ciclo do pau-brasil foi o primeiro a despontar no país, com a chegada dos portugueses. Na época, eles buscavam metais preciosos nas terras descobertas. No entanto, como não o encontraram rapidamente, começaram a perceber a importância dessa planta nativa da Mata Atlântica utilizada para o tingimento de tecidos e com grande valor no mercado europeu. Ciclo da Cana-de-Açúcar: O ciclo da cana-de-açúcar foi o segundo ciclo econômico desenvolvido durante o Brasil colonial. Era um produto valorizado no mercado europeu e os portugueses já plantavam a cana em outros locais e, portanto, possuíam técnicas de plantio. Ciclo do Ouro: O ciclo do ouro ou da mineração começa no final do século XVII quando os portugueses encontram diversas jazidas do mineral. Isso ocorreu, sobretudo, na região do estado de Minas Gerais, atingindo seu auge no século XVIII. Além de Minas, as jazidas de ouro foram encontradas também nos estados de Goiás e do Mato Grosso.

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/ciclos-economicos-do-brasil/>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Engenheiro Ambiental

Código do recurso: 3112 | Solicitado em: 11/11/2020 -20:18

Recurso:

1 a Questão foi mal elaborada. O enunciado não deixa claro para que fim a compactação é realizada. Para a agricultura a compactação é extremamente prejudicial, enquanto para engenharia civil, necessária. De todo modo a alternativa apontada como certa, letra D, é totalmente errada, por que:

1 - a compactação não melhora a permeabilidade, pelo contrário, piora. Permeabilidade é a capacidade de um material para transmitir fluidos. E no caso do solo, a compactação provoca a diminuição de vazios, e por conseguinte, a capacidade de transmitir fluidos.

https://www.ufjf.br/nugeo/files/2009/11/ms2_unid01.pdf

2 - Compressibilidade é uma consequência da compactação, ou seja, a diminuição do seu volume sob a ação das cargas aplicadas, portanto, um consequência negativa para o cultivo por exemplo, pois o aumento de densidade, aumenta a resistência que a raiz terá que enfrentar para crescer, além disso, diminui a capacidade do solo em armazenar água, outro ponto negativo no viés agrônômico.

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-06832006000600001

3 - A compactação do solo não melhora a absorção de água, pelo contrario piora. A compactação do solo, faz com que ocorra a perda de vazios (poros), isso aumenta a densidade (partículas ficam mais próximas), aumenta a resistência, além de diminuir a capacidade do solo em armazenar água. As raízes terão mais dificuldade em acessar essa água, pelo aumento de resistência, e diminuição de disponibilidade de água, dificultando portanto a absorção de água.

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105295/beutler_an_dr_jabo.pdf?sequence=1

ESPECÍFICA - ENGENHEIRO AMBIENTAL

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -12:07

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A **compactação do solo** visa melhorar as características, tendo as afirmativas completando ao enunciado da questão. Mantém-se o Gabarito divulgado.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Ciências

Código do recurso: 3136 | Solicitado em: 13/11/2020 -19:29

Recurso:

Prezado examinador, entendo que há equívoco no gabarito da questão 04 em virtude de generalizar sobre a função da partícula "que". É sabido que a mesma pode exercer várias funções. Podemos verificar isso em: <https://caching.alfaconcursos.com.br/alfa-con-production/previews/items/000/000/251/original/Amostra.pdf> - especificamente no item 5.2 Palavra Que – A palavra "que" possui diversas funções e costuma gerar muitas dúvidas. Por isso, para entender cada função e identificá-las, observe os exemplos a seguir (...). Dessa forma, afirmar que ela não exerce função sintática é generalizar. Pois, sabemos que tal partícula pode exercer diversas funções. Reiterando que "B) A partícula "que", isoladamente, não exerce função sintática alguma no período", e desconsiderar fielmente o que é descrito pela Língua Portuguesa. Independentemente de sua colocação, "isoladamente", a mesma sempre exercerá uma função, ou seja, pode ser uma conjunção, pronome, etc. Para isso, vale analisar ainda em: http://www.liceuasabin.br/medio/files/arquivos/area_professor/14478702700.pdf
Por fim, é nítido que a alternativa dada como correta, e nenhuma outra, não procede diante de pesquisas feitas perante a Língua Portuguesa.

PORTUGUÊS - PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Questão 4 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:22

Resposta:

IMPROCEDENTE: Não assiste razão ao candidato, uma vez que a partícula "que" empregada na linha 21 exerce função morfológica de conjunção integrante. Sabe-se, de acordo com Rodrigo Bezerra (Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos) que as conjunções, assim como as preposições, isoladamente, não exercem função sintática alguma no período. Dessa forma, gabarito correto e mantido. Gabarito: B) A partícula "que" (linha 21), isoladamente, não exerce função sintática alguma no período.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3121 | Solicitado em: 12/11/2020 -15:34

Recurso:

Apenas 2 afirmativas (I e V) são verdadeiras de acordo com a LDB.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

Respondido em: 23/11/2020 -13:29

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LDB –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3120 | Solicitado em: 12/11/2020 -15:28

Recurso:

Apenas a primeira afirmativa não é verdadeira no que se refere a pedagogia tradicional. Sendo assim, a resposta correta é a alternativa C.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 37 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:33

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3122 | Solicitado em: 12/11/2020 -15:37

Recurso:

A alternativa B está com erro na concordância, induzindo o candidato ao erro.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 32 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:22

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Matemática

Código do recurso: 3123 | Solicitado em: 12/11/2020 -15:50

Recurso:

Nenhuma das alternativas são corretas

MATEMÁTICA - PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Questão 13 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:17

Resposta:

IMPROCEDENTE: Não assiste razão ao candidato. Recurso não assiste ao recorrente, visto que, a resposta correta para a questão é a alternativa A) $\sec^2 x$, conforme será exposto abaixo. Assim, a resposta da questão é a alternativa A) $\sec^2 x$, conforme gabarito indicado. **FONTE:** - Filho, B.; Silva, C.. Matemática Aula por Aula. Volume Único. Editora FTD. 2001.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de História

Código do recurso: 3083 | Solicitado em: 10/11/2020 -09:53

Recurso:

A questão esta incoerente com o cargo que estou concorrendo pois ela se refere a ensino médio e estou correndo a cargo de professor para ensino fundamental. Ela não se enquadraria em minha específica.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:29

Resposta:

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LBD –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de História

Código do recurso: 3086 | Solicitado em: 10/11/2020 -11:58

Recurso:

A questão 22 esta totalmente incoerente, pois o território Tocantins faz parte do bioma da Floresta Amazônica. E todas as alternativas estão englobado pelo bioma amazônica.

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão 22 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -11:29

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato.

Estados abrangidos no Brasil: Ocupa, aproximadamente, 49,29% do território brasileiro, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Portanto todas as alternativas são corretas. Anulada por erro na formulação da questão.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de História

Código do recurso: 3084 | Solicitado em: 10/11/2020 -11:16

Recurso:

A questão 28 esta incoerente e mal elaborada pois a elevação do Brasil a Categoria de Reino Unido a Portugal e Algarve não foi uma consequência. Foi uma estratégia criada por um membro do congresso do governo de Portugal e adotada por D.João por meio de uma carta Régia para que ele e sua família pudesse se manter no território brasileiro.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão 28 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:29

Resposta:

IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao recorrente, visto que, embora haja uma discussão historiográfica acerca das motivações políticas e interesses na atuação de Dom João VI na Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, que oficializa a passagem do Brasil à condição de Reino Unido. Por exemplo, cito o caso de Francisco Adolfo de Varnhagen, que atesta que este episódio apenas referendou a independência política alcançada pelo território brasileiro em 1808. No entanto, é consenso entre os historiadores que a Carta de 1815 cumpriu a função de legalizar e institucionalizar a presença da Corte no Brasil, acompanhando e ampliando o tratado de 1808, quando os portos brasileiros foram abertos às nações amigas. Portanto, ambas as causas estão atreladas ao processo de deslocamento da Corte em virtude de sua fuga frente aos conflitos europeus. Em suma, quaisquer que sejam os desdobramentos para a política interna e externa, não exclui o fato de que há um evento de média duração que dá origem ao referido processo. Noto ainda, que tal discussão historiográfica é uma particularidade brasileira, tendo em vista que poucos autores portugueses se dedicam a esta temática, e quando o fazem, são omissos a problematizar suas causas ou consequências, naturalmente por questões delicadas que envolvem as ações da monarquia portuguesa frente às investidas napoleônicas. Reitero a alternativa "D) Elevação do Brasil à condição de reino unido a Portugal e Algarves" como resposta correta da questão. FONTE: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, "A elevação do Brasil a reino unido e a historiografia luso-brasileira" Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a. 177(470): 47-58, jan./mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de História

Código do recurso: 3085 | Solicitado em: 10/11/2020 -11:26

Recurso:

A questão 35 esta incorreta pois tem uma afirmativa incorreta. a alternativa IV diz que a promoção do desporto nacional e apoio as práticas desportivas não formais. No entanto a um erro no momento em que se refere a deposto nacional dentro da Lei 9.394/1996 ela se refere a deposto educacional não nacional.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:43

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de História

Código do recurso: 3088 | Solicitado em: 10/11/2020 -17:57

Recurso:

A questão 37 se encontra totalmente incoerente, pois as afirmativas II, III, IV e V correspondem a metodologias tradicionais. Além da questão estar mal elaborada, a pedagogia tradicional aborda varias concepções pedagógicas (Serão abordadas quatro concepções pedagógicas: a pedagogia católica (escolástica e pedagogia jesuítica), a pedagogia da disciplina mental, a pedagogia sensualista empirista (Comênio, Pestalozzi) e a pedagogia da apercepção deHerbart)e dentre outras.)que deveriam ser fundamentadas no enunciado da questão para termos referencia nas alternativas.

Anexo(s):	Data do envio
Pedagogia tradicional.docx	10/11/2020 17:57

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão 37 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -15:08

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de História

Código do recurso: 3127 | Solicitado em: 12/11/2020 -17:09

Recurso:

A questão 36 esta mal elaborada levando o concursando a ter ampla visão sobre o tema abordado nas alternativas. Pois a alternativa correta seria descrita da seguinte forma (Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo). ou corresponde inteiramente ao sistema de ensino.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão 36 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:45

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Enfermeiro

Código do recurso: 3100 | Solicitado em: 11/11/2020 -14:07

Recurso:

A alternativa I é falsa porque após a palavra CINQUENTA esta faltando a palavra porcentagem.

Segundo a Lei nº 8.142/90 e a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, do 50% dos integrantes do conselho de saúde têm que ser usuários, 25% devem ser profissionais de saúde e os outros 25% devem ser gestores e prestadores de serviço.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

ESPECÍFICA - ENFERMEIRO

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -11:49

Resposta:

RECURO PROCEDENTE: Questão anulada. O recurso assiste ao candidato, haja visto, que não menciona se é percentual ou quantidade.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Enfermeiro

Código do recurso: 3097 | Solicitado em: 11/11/2020 -14:04

Recurso:

Questão 16 - erro de português

O final do enunciado da pergunta deixa a questão confusa, dificultando o entendimento do candidato, justamente pela falta de concordância verbal e acentuação, deixando a última frase da seguinte forma:

"A documentação referente a Mato Grosso, tem início com as penetrações, subindo o Rio Paraguai de (os) espanhóis."

Sendo que o correto seria a adição de uma vírgula após a palavra Paraguai.

CONHECIMENTOS GERAIS - ENFERMEIRO

Questão 16 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:39

Resposta:

IMPROCEDENTE: Não assiste razão ao candidato. A questão possui resposta correta a ser indicada pelo candidato. A fonte para elaboração da questão, foi extraída do livro: Mato Grosso e seus Municípios, pág. 23; Editora Buriti; Ferreira, João Carlos Vicente.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Enfermeiro

Código do recurso: 3098 | Solicitado em: 11/11/2020 -14:07

Recurso:

A manutenção da alimentação da criança não faz-se essencial durante ou após os episódios diarreicos, e sim o nível de desidratação e aceitação da criança, ou seja, a nutrição deve ser mantida e/ou reinicia após a estabilização da hidratação, conforme o referencial descrito abaixo.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), nos quadros diarreicos agudos a terapia dietética de escolha é o reestabelecimento da dieta habitual após estabilização do quadro de hidratação, recomenda-se jejum durante o período de reversão da desidratação (etapa de expansão ou reparação) e a alimentação deve ser reiniciada logo que essa etapa for concluída (em geral, no máximo, 4 a 6 horas).

Segundo Brandt, et. al. (2015), o alimento deve ser oferecido em pequenas porções e com frequência, respeitando-se a vontade da criança.

referencias bibliografica:

Brandt, K. G.; Antunes, M. M. C.; Silva, G. A. P. Diarreia aguda: manejo baseado em evidências, J. Pediatr. (Rio J.), vol.91, no.6, Porto Alegre, 2015. acesso em: 11 nov 2020. disponível em: .

BRASIL. Departamento Científico de Gastroenterologia, Sociedade Brasileira de Pediatria. Guia Prático de Atualização - Diarreia aguda: diagnóstico e tratamento, Brasília, 2015. acesso em: 11 nov 2020. disponível em: .

ESPECÍFICA - ENFERMEIRO

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:10

Resposta:

Indeferido. O recurso não assiste razão ao candidato, pois o manejo adequado das crianças com diarreia aguda, a principal estratégia para reduzir a mortalidade por Doenças Diarreicas Agudas. Os Componentes mais importantes desse manejo são: Prevenção da desidratação; Tratamento da desidratação; Manutenção da alimentação da criança durante e após o episódio diarreico; Uso racional de medicamentos. Fonte: <http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/imunizacao/publicacoes/Manual%20de%20Diagnostico%20e%20Tratamento%20das%20DDA.pdf>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Enfermeiro

Código do recurso: 3099 | Solicitado em: 11/11/2020 -14:07

Recurso:

A alternativa III possui um junção de palavras feita de forma erronea, dificultando o entendimento do candidato durante a leitura da frase, ou seja, não ha conectividade das palavras SEGUINTE e DIRETRIZES, ambas escritas respectivamente no singular e plural, fato que vai em desencontro com a ortografia brasileira.

"III -organizado de acordo com a SEGUINTE DIRETRIZES de centralização....."

ESPECÍFICA - ENFERMEIRO

Questão 36 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -11:45

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. O item III das afirmativas é justamente o errado na resolução da questão. Mantém-se o Gabarito já divulgado.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista de Compras e Licitação

Código do recurso: 3138 | Solicitado em: 13/11/2020 -20:50

Recurso:

Solicita anulação da questão 36.

Motivo: as alternativas de resposta geram dúvida.

O gabarito trás como certa a questão C "uma definição está errada"

Porém, em se tratando de 4 alternativas na questão, se "uma está errada" as outras "três estão corretas", portanto a questão A também é certa.

Alegação: há duas alternativas corretas na questão.

ESPECÍFICA - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Questão 36 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -15:22

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA, por não haver resposta a ser indicada pelo candidato.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista de Compras e Licitação

Código do recurso: 3137 | Solicitado em: 13/11/2020 -20:11

Recurso:

Solicita anulação da questão 27.

Motivo: O art. 24, item IV da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que, em situação de emergência a licitação pode ser DISPENSÁVEL

Portanto, se trata do item IV da questão 27 que não está prevista na alternativa B, dada como certa pelo gabarito.

Alegação: não há uma alternativa correta na questão.

ESPECÍFICA - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Questão 27 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -15:13

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso, não assiste ao candidato. A Administração também cuidou-se de quebrar a rigidez do processo licitatório para casos especiais de compra sem desprezar os princípios de moralidade e da isonomia. A contratação por meio da dispensa de licitação deve limitar-se a aquisição de bens e serviços indispensáveis ao atendimento da situação de emergência e não qualquer bem ou qualquer prazo. Conheça os casos de Dispensa fundamentados no artigo 24 da Lei 8666/93. Portanto não as administração pública desejar. Mantém-se o gabarito já publicado.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso:

Cargo: Procurador Municipal**Recurso:**

A questão aponta como o Primeiro Presidente a sofrer processo de impeachment no Brasil e na América Latina, o ex presidente Fernando Collor de Melo.

Não obstante, essa alternativa não está correta com a história do Brasil e da América, embora esteja mencionado expressamente na Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Fernando_Collor#:~:text=Fernando%20Collor%20deixa%20a%20presid%C3%AAncia.&text=O%20processo%20de%20impeachment%20de,cargo%20de%20

A questão ficou sem resposta. Falar que Collor sofreu impeachment é quase um folclore popular, mas é certo que o ex presidente renunciou ao cargo antes que o mandato lhe fosse cassado, recebendo apenas. Ademais, Collor não foi o primeiro a sofrer um processo de impeachment no Brasil. O primeiro processo de impedimento na história brasileira foi aberto em 1954 – quatro anos depois da Lei do Impeachment Vargas, mas foi rejeitado pela maioria dos parlamentares.

Porém, a pressão pela saída do Presidente continuou e, dois meses depois ele se suicidou. Café Filho, vice-presidente de Vargas, o substituiu e logo se retirou por motivos de saúde. Assumiu Carlos Luz, pr destituído por meio de um processo de impeachment (1955). Quando Café Filho tentou reassumir a presidência, também foi impedido (1955).

Ora bem, é certo então que o Primeiro Impeachment brasileiro, neste contexto foi de Carlos Luz, já que este ocupava o cargo de presidente ante o afastamento de Café Filho, sendo de conhecimento notório Carlos Coimbra da Luz foi um advogado, professor, jornalista e político brasileiro, presidente da República de 8 a 11 de novembro de 1955, tendo, deste modo, tornado-se o presidente do Brasil que ocupou tempo: apenas três dias. (ocasião em que foi cassado por Impeachment, ainda em 1955, portanto muito antes de Collor)

Anexo(s):	Data de
Captura de tela de 2020-11-11 23-22-15.png	12/11/20
Fontes para Consulta.docx	12/11/20

CONHECIMENTOS GERAIS - PROCURADOR MUNICIPAL

Questão 2

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -10:46

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O processo de impeachment de Fernando Collor transcorreu no final de 1992 e foi o primeiro processo de impeachment do Brasil e da América Latina, resultando no afastamento definitivo de Fernando Collor de Mello do cargo de presidente da república. Mantém-se o Gabarito já divulgado.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Fernando_Collor#:~:text=O%20processo%20de%20impeachment%20de,cargo%20de%20presidente%20da%20rep%C3%ABlica.

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/impeachment-collor-foi-primeiro-alvo-de-impeachment-na-america-latina.htm>

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/impeachment-fernando-collor.htm>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista de Compras e Licitação

Código do recurso: 3115 | Solicitado em: 11/11/2020 -21:27

Recurso:

Item I está incorreto segundo o Art. 71 - O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Item II está incorreto segundo o Art. 71 - § 1o A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

Item III está incorreto segundo o Art. 70 - O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Item IV está correto segundo o Art. 69 - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Item V está incorreto segundo o Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Portanto a questão deve ser anulada pois a quantidade de afirmativas corretas é um. E não quatro como o gabarito preliminar sugere, e não há alternativa correta a ser marcada.

ESPECÍFICA - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Questão 35 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -15:20

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato. Não há resposta a ser indicada ao candidato por haver 3 erradas e 1 correta.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista de Compras e Licitação

Código do recurso: 3116 | Solicitado em: 11/11/2020 -22:07

Recurso:

Solicito anulação da referida questão pois na Europa vários países vem sofrendo atentados terroristas há vários anos a exemplo Reino Unido, Espanha, França, Alemanha, Bélgica, Suécia. Então, qualquer um desses países em algum momento dos últimos 5 anos sofreram ataques simultâneos. A exemplo o Reino Unido em Londres: 19 de junho de 2017, Londres: 3 de junho de 2017, Londres: março de 2017, em todas essas datas tiveram atentados terroristas.
Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/cronologia-do-terrorismo-na-europa/g-18177149>
Diante do exposto acredito que nenhuma das alternativas atende ao solicitado no enunciado da questão.

CONHECIMENTOS GERAIS - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Questão 17 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -09:51

Resposta:

IMPROCEDENTE: Não assiste razão ao candidato. A França está sofrendo uma escalada do terrorismo e, consequência direta desses ataques, vem observando um aumento do debate sobre liberdade de expressão em 2020. Embora estes tenham sido os únicos ataques comprovadamente terroristas na França este ano (ainda está sob investigação o caso de um padre ortodoxo baleado ao sair da igreja), o país tem um longo histórico nessa área, sendo considerada a nação europeia que mais sofre com o problema. A maior onda de ataques ocorreu em 2015 e 2016, anos em que estádios de futebol, casas de show e até festas de rua acabaram com mortos e pessoas feridas por ataques reivindicados, em sua maioria, por reconhecidas organizações terroristas como a Al Qaeda ou Estado Islâmico. Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/por-que-a-franca-e-o-pais-europeu-que-mais-sofre-com-ataques-terroristas/>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Ciências

Código do recurso: 3073 | Solicitado em: 09/11/2020 -16:25

Recurso:

A questão de número 40 não tem coerência com o cargo de professor de ciências. Vale lembrar que o cargo professor de ciências irá lecionar o ensino fundamental e não o ensino médio.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Resposta:

Respondido em: 23/11/2020 -13:29

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LBD –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9;394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT

Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Código do recurso: 3126

Cargo: Professor de Ciências**Recurso:**

o enunciado da questão não traz a compreensão adequada do que se pede, mesmo ela danou a sequência da questão anterior, ambas só citam FLORESTA AMAZÔNICA, dando ênfase em extensão territorial, alternativas inválidas já que em todos os estados citados tem uma Floresta Amazônica.

<http://midiaeamazonia.andi.org.br/texto-de-apoio/entenda-diferenca-entre-amazonia-legal-e-bioma-amazonia>

<https://portal.to.gov.br/noticia/2019/10/10/alertas-de-desmatamentos-no-bioma-amazonia-caem-785-no-tocantins/#:~:text=O%20Estado%20possui%20o%20bioma%20Cerrado%20e%20Floresta%20Amaz%C3%B4nica.&text=Apesar%20de%20ocupar%20uma%20pequena,regi%C3%A3o%20denominada%20>

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/ciencias/floresta-amazonica-a-maior-floresta-tropical-do-mundo.htm>

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Questão 22 (f

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -11:30

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato.

Estados abrangidos no Brasil: Ocupa, aproximadamente, 49,29% do território brasileiro, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Portanto todas as alternativas são corretas. Anulada por erro na formulação da questão.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)

Código do recurso: 3076 | Solicitado em: 09/11/2020 -18:02

Recurso:

"A questão número 32 trata da Base Nacional Comum Curricular, mais especificamente sobre a Educação física como componente curricular.

Ocorre que nem o tema "Educação física como componente curricular" nem a Base Nacional Comum Curricular" foram elencados entre os itens passíveis de cobrança no referido concurso, de acordo com o EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001/2020, como se pode observar na leitura da ementa da disciplina "Professor de Educação Física":

"Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem social. Abordagens pedagógicas da Educação Física escolar. Objetivos e conteúdo da Educação Física escolar. Fases do desenvolvimento Humano. Psicomotricidade. Aprendizagem motora. Proposições Metodológicas da Educação Física. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Educação para o lazer. Organização de Eventos Esportivos e Culturais; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor; Lazer e Educação; Fisiologia do Exercício. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física."

Observa-se que sequer a exigência específica sobre "Base Nacional Comum Curricular" foi estabelecida, tendo sido a banca específica quanto ao que entendia como estudo necessário para a realização da prova.

A inclusão de temas não exigidos em edital afronta o princípio da publicidade, já que, como se sabe, a Administração, na formulação das questões de prova de concurso público, vincula-se às regras estabelecidas no instrumento convocatório.

"Em vista do exposto, em sede de recurso à questão, tendo em vista que o conhecimento exigido para sua resolução não constava no edital de abertura de inscrições do concurso, solicito que a questão número 32 seja ANULADA".

Anexo(s):	Data do envio
recurso 32.pdf	09/11/2020 18:02

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 32 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -14:36

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Educação Física (Local de Trabalho: Ginásio de Esportes)

Código do recurso: 3077 | Solicitado em: 09/11/2020 -18:04

Recurso:

"A questão número 37 trata do contexto Escolar, mais especificamente sobre Ergonomia na sala de aula".

Ocorre que esse tema Ergonomia na sala de aula é voltado para sala de aula, ou seja, para lecionar, e no caso o cargo para professor de Educação física (local de trabalho ginásio de esportes) é para bacharel em Educação física e não para licenciatura, de acordo com o EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020, como se pode observar na leitura dos requisitos para o cargo "Professor de Educação Física":

"Curso de Graduação / Bacharelado em Educação Física, com registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF"

Pode observar logo abaixo a diferença de atuação entre bacharelado e licenciado em Educação física:

"O bacharelado é uma das modalidades de graduação mais tradicionais. As bases da formação nesse curso são as mesmas da Educação Física licenciatura. A diferença é que o bacharel não pode dar aulas em instituições de ensino básico. Isso significa que o educador físico formado em um curso de bacharelado pode trabalhar em academias, clubes, hotéis e até mesmo como personal trainer, mas não pode dar aulas em escolas".

"A Educação Física licenciatura, por outro lado, é o curso que possibilita que o profissional também possa trabalhar em escolas. Essa modalidade de graduação capacita o educador físico para dar aulas em instituições da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio".

"Em vista do exposto, em sede de recurso à questão, tendo em vista que a atuação do profissional com formação bacharel em Educação Física não é a sala de aula, solicito que a questão número 37 (trinta e sete) seja ANULADA".

Anexo(s):	Data do envio
recurso_37.pdf	09/11/2020 18:04

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão 37 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -14:38

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada, por não constar no conteúdo programático do cargo - anexo I do Edital Normativo.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3143 | Solicitado em: 13/11/2020 -22:30

Recurso:

NA QUESTÃO 39 HÁ UMA REPETIÇÃO DAS ALTERNATIVAS, FAZ COM QUE NÃO SE TORNE SIGNIFICATIVA A PRÓPRIA QUESTÃO. SENDO QUE NAS ALTERNATIVAS B, C E D REPETE-SE : ALTERNATIVA II E II, SEGUINDO III E III E NA ULTIMA NOVAMENTE REPETE III E III. PERCEBE-SE UM ERRO NA ELABORAÇÃO.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 39 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -13:33

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. Por haver erros na digitação da questão, anula-se.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3150 | Solicitado em: 13/11/2020 -23:15

Recurso:

DE ACORDO COM LEITURAS REALIZADAS, TOCANTINS POSSUI UMA ÁREA DE 13% DE FLORESTA AMAZÔNICA. SENDO AINDA, UM DOS ESTADOS QUE COMPOEM A REGIÃO DENOMINADA DE AMAZÔNIA LEGAL.

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 22 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO**Resposta:**

Respondido em: 23/11/2020 -11:30

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato.

Estados abrangidos no Brasil: Ocupa, aproximadamente, 49,29% do território brasileiro, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Portanto todas as alternativas são corretas. Anulada por erro na formulação da questão.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3152 | Solicitado em: 13/11/2020 -23:44

Recurso:

A QUESTÃO 40,NÃO ESPECIFICA O ARTIGO, NEM MESMO ANO, FICANDO MUITO INCOMPLETA,POIS, COMO SE SABE,HOUVE UMA MUDANÇA NA LDB NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020. PARA TANTO, NECESSITARIA DE MAIS CLAREZA NA QUESTÃO, MUITO INCOMPLETA E MAL FORMULADA.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 40 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -13:29

Resposta:

PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato no tocante alternativa, sendo correta a letra "A. Quando ao conteúdo da questão ela foi elaborada tendo como base a LDB –Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei Federal nº 9.394/1996, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, estando prevista no conteúdo programático do cargo – Anexo I do Edital Normativo nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3145 | Solicitado em: 13/11/2020 -22:43

Recurso:

DIANTE DAS ALTERNATIVAS ANALISADAS, HÁ UMA TROCA DA PALAVRA EDUCACIONAL POR NACIONAL NA ALTERNATIVA IV.FAZENDO COM QUE UMA AFIRMATIVA FIQUE ERRADA E NÃO TODAS FIQUEM COMO CORRETAS.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 30 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:25

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: O recurso não assiste ao candidato. A LBD, assim dispõe: Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. Portanto todas as afirmativas estão corretas, não restando nenhuma errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3147 | Solicitado em: 13/11/2020 -23:02

Recurso:

NESSA QUESTÃO, SEGUINDO A METODOLOGIA DE ENSINO TRADICIONAL, ELA SE BASEIA NA EXPOSIÇÃO ORAL DOS CONTEÚDOS.FAZ-SE ASSIM, NECESSÁRIA REVISÃO DA MESMA, SENDO MAIS ALTERNATIVAS CORRETAS.

ESPECÍFICA - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 33 (Prova 1)

SITUAÇÃO: IMPROCEDENTE

Respondido em: 23/11/2020 -14:28

Resposta:

RECURSO IMPROCEDENTE: A candidata não fundamentou no seu recurso qual o erro possui na questão, o que impossibilita a análise, conforme item 8.6 e 8.6.1 do Edital Normativo nº 001/2020. "8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado. 8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido".

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Professor de Pedagogia

Código do recurso: 3151 | Solicitado em: 13/11/2020 -23:25

Recurso:

A questão numero 23 que fala da morte de floyd que aconteceu em maio nos Estados Unidos é uma afirmativa correta, o que não acontece com a questão numero 24, onde afirma que o caso do menino Miguel aconteceu no mesmo mês de Floyd, o que não é correto, pois Floyd aconteceu em Maio e o caso do menino Miguem aconteceu em Junho, e ao afirmar que o caso aconteceu no mesmo mês, foi induzido ao erro, pois fiquei em dúvida se era o caso ao qual eu tinha conhecimento para a resposta correta, e devido a data errada acreditei não ser o mesmo caso, e por isso peço a anulação da questão 24. Além do mês errado, há também falhas grotescas ao redigir a questão, onde há a falta da palavra "que", que é fundamental para a compreensão da questão. Diante disso reforço que exijo anulamento da questão.

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Questão 24 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -11:36

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: Questão anulada. O recurso não assiste a candidata. **Menino** de 5 anos morreu após **cair** do 9º andar no dia 2 de junho, uma altura de 35 metros.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3103 | Solicitado em: 11/11/2020 -16:24

Recurso:

O gabarito da questão é a letra "B, uma afirmativa como sendo errada".

Analizando o art. 150 da Constituição Federal de 88, as limitações de tributar também abrange as afirmativas:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; (Portanto, o item I da questão 31 está errada, pois ela afirma que o prefeito pode exigir ou majorar impostos através de DECRETO, sendo que na CF de 88 fala sobre o ato através de LEI.

No item II da questão a constituição diz o seguinte: " V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;" portanto, é vedado ao município e não permitido conforme está na questão.

No item III da questão a constituição diz que é vedado aos municípios: " VI - instituir impostos sobre: ... d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão." Portanto, o item da questão está errada conforme uma vez que a lei abrange a limitação de tributar livros e jornais (vedado aos municípios).

No item V a afirmativa afirma que o patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. Na constituição art. 150 diz que: " É vedado aos municípios VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;" Portanto, o item V é uma afirmativa errada. Sendo assim existem 4 afirmativas erradas na questão 31 e sendo assim deveria ser cancelada por não ter alternativa de resposta.

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 31 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:35

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: QUESTÃO ANULADA. O recurso assiste ao candidato, por haver 4 alternativas erradas e não haver alternativa a ser indicada no Gabarito. I- É lícito ao prefeito municipal exigir ou majorar imposto através de Decreto. Alternativa errada – Art. 150 – I da Constituição Federal. "Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Alternativa Errada. II- É permitido ao município instituir tributo ou aumentá-lo, a fim de diminuir o tráfego de mercadorias e pessoas em seu território. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público; Alternativa errada. III- Não alcança o município a limitação quanto à cobrança de impostos sobre livros e jornais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Alternativa errada. IV- O município não poderá cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que o instituiu. III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; Alternativa Correta. V- O patrimônio e renda dos partidos políticos podem ser objeto da cobrança de impostos municipais. VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto; c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; Alternativa errada.

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT
Concurso Público - 001/2020

RECURSOS SOBRE A DIVULGAÇÃO DO GABARITO

Cargo: Analista Fiscal de Tributos Municipais

Código do recurso: 3104 | Solicitado em: 11/11/2020 -16:37

Recurso:

Estabelecimento do prestador, previsto na Lei Complementar Federal nº 116/2003 no item IV a afirmativa está correta pois está prevista na lei conforme segue " Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, NO LOCAL DO DOMICÍLIO DO PRESTADOR,...."
Sendo assim a alternativa correta seria a afirmativa "A" e não a letra "C".

ESPECÍFICA - ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Questão 29 (Prova 1)

SITUAÇÃO: DEFERIDO

Respondido em: 23/11/2020 -12:49

Resposta:

RECURSO PROCEDENTE: O recurso assiste ao candidato. Gabarito alterado para a alternativa "A".